

política

somam déficit de R\$ 44 bi, aponta TCE

Perfil



FOTOS: DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Natural de Rio Pardo, **Edson Brum** é graduado em Gestão de Recursos Humanos e Gestão Pública, com MBA em Ciência Política: Relação Institucional e Governamental. Exerceu cinco mandatos como deputado estadual do Rio Grande do Sul, tendo presidido a Assembleia Legislativa em 2015. Também foi secretário de

Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul até 13 de junho de 2022. Em 14 de junho de 2022 foi empossado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Em dezembro de 2025, o conselheiro tomou posse como vice-presidente do TCE-RS, na gestão do presidente Iradir Pietroski.

isso acontecia muito. Hoje é expressamente proibido. Mas como é que ainda tem déficit? O executivo municipal recolhe a parte do servidor - tem município que é 14%, 12%, 11%, 10% (de alíquota) -, e alguns não repassam para o fundo. Isso é apropriação indébita, e hoje é um crime pesado: além de inelegibilidade por oito anos, pode dar até prisão. E aconteceram outros fatos. Por exemplo, o prefeito que recolheu e repassou, mas a parte patronal não repassou. Então tem várias motivações que fez criar esse déficit.

JC - Então o cerne do problema são erros pontuais que foram se repetindo?

Brum - Erros pontuais foram se repetindo. Aí, (entra) a responsabilidade da Câmara de Vereadores, e por isso procuramos levar o conhecimento. A fiscalização. Mas é importante pontuar também que além dessa fiscalização da Câmara, todo fundo de previdência tem um conselho gestor, e não tem nenhum político administrando ele, é só servidor. É o próprio funcionário cuidando do seu dinheiro. Então, se nós formos buscar res-

ponsabilização, nós não podemos terceirizar; é de todos. É do servidor que elegeu o conselho gestor e esse conselho não cuidou como deveria cuidar. É do prefeito que por algum motivo usou o dinheiro ou não pagou o dinheiro, e a Câmara não fiscalizou. É uma cadeia. Então nós estamos chamando a atenção para isso e, também, ao mesmo tempo, estamos levando números para que a câmara, juntamente com o executivo, façam a reforma (municipal da previdência). Nós não podemos obrigar; nós não temos a competência. A gente vai lá e sugere que eles façam a reforma.

JC - E, a partir da sugestão, cabe ao prefeito tomar a iniciativa, que pode ser impopular...

Brum - Isso a gente tentou mostrar para os vereadores: 'agora parece que dói, mas isso vai garantir que o servidor receba a sua aposentadoria'. Porque é matemática, e matemática é uma ciência exata. Como é que tu vai pagar 14% por ano durante 30 anos, depois tu vai receber, durante 30 anos, 100% do salário?

JC - Os encontros com os vereadores foram para capacitá-los sobre os RPPSs, para que fiscalizem e discutam a adaptação à reforma nacional. Mas como resolver este déficit de R\$ 44,6 bilhões que já está posto?

Brum - Os números mostram como recuperar. Primeiro que, quando houve saque do fundo, tem a obrigação de retornar. E aí tem várias câmaras de vereadores que já aprovaram. Por exemplo, lá em 2018, o cara pegou R\$ 1 milhão do fundo. Então o que estão fazendo? Quando faz a reforma, diz: 'olha, está devendo R\$ 1 milhão de 2018, atualiza o valor (pela inflação), e vai pagar em 50 meses'. E esse cálculo atuarial é feito, tem condição de fazer. Qual é o problema? Nós temos um município - se não me engano, São Borja - que 40% da folha ele está pagando para devolver o que ele pegou no passado. O coitado do prefeito atual está pagando a conta de 10 prefeitos, que 10 prefeitos utilizaram e não devolveram de maneira atualizada. E aí criou um déficit. Nós temos, por exemplo, um município, Arroio dos Ra-

tos, que para cada R\$ 100 que tem que estar no fundo, tem 50 centavos. Não sei se pagam até o final do ano os aposentados que têm. E aí como é que faz? Aí é tirar dinheiro direto de outra atividade pública.

JC - E a previdência é o principal problema fiscal dos municípios hoje? Quais outros citaria?

Brum - Esse é o maior problema. Tem outros problemas nas prefeituras. Vou dar um exemplo. O que eu vejo nas prefeituras? Problema estrutural. Uma prefeitura pequeninha não tem um departamento específico para captação de recursos. Depois do governo do (ex-governador José Ivo) Sartori (MDB), que foi ajustando as questões financeiras do estado do Rio Grande do Sul, hoje nós temos programas que colocam dinheiro nos municípios. Aí se tu não tem um departamento preparado para fazer projetos e captar, pelo tamanho da prefeitura, ela não consegue buscar um dinheirinho, e isso tanto no governo do Estado, como no governo federal, ou em outros organismos.

JC - Mas aí para suprir este problema estrutural, seria necessário aumentar o número de servidores? Aí vem novo impacto na previdência...

Brum - Não pode haver desperdício, tem que ter equilíbrio. O CC (cargo comissionado) não contribui para o fundo (da previdência). Isso é ruim. Agora, se é o concursado, ele contribui. Então se entrar um concursado novo, ele está alimentado (o fundo). Qual é o problema hoje, especialmente da previdência nacional - não é só dos estados, não é só dos municípios? As pessoas estão vivendo mais, estão ficando mais tempo (aposentadas) e o número de servidores está diminuindo. Aqui no Rio Grande do Sul nós temos vários motivos, porque nós temos um problema de natalidade. Há 20 anos, eram 2,4 filhos por casal; hoje é 1 ponto um quebradinho (filho por casal). Então está diminuindo o número de crianças nas escolas. Portanto, você não precisa de tantos servidores (nas escolas), e esse servidor novo alimentaria o sistema (previdenciário). Então é um negócio muito difícil de equilibrar. O gestor tem que ser muito bom, refinado e isso é uma das medidas para (equilibrar). Tem aqui no Rio Grande do Sul, e em vários estados, a criação de consórcios, que, se utilizados corretamente, ajudam nisso. Porque somam-se

várias prefeituras, que aí buscam consultoria única, e sai mais barato - ao invés de atender uma prefeitura, atende 10.

JC - Além dos RPPSs, os encontros do tribunal nas regiões trataram da reforma tributária e seus impactos. Quais os principais apontamentos relacionados com a reforma?

Brum - No Rio Grande do Sul, 80% dos municípios diminuem a arrecadação.

JC - Mas está sendo formado um fundo para compensar os que perdem...

Brum - É, e acredita que o fundo vai repor (as perdas)? Vamos fazer uma discussão aqui. Anos atrás criaram a Lei Kandir, (uma legislação) compensatória para aqueles estados exportadores. Por quê? Por exemplo, eu tenho indústrias em Caxias do Sul, metalmeccânica, moveleira em Bento e de tabaco em Santa Cruz do Sul. Quando exporta, não paga nada de imposto. Mas nós temos que fazer estrada até o porto para exportar, nós temos que fazer a creche para o filho do trabalhador. Quem é que cobre isso? Tirou a possibilidade de o Estado prestar esse serviço, porque não tem arrecadação. Aí se criou o fundo, a Lei Kandir, que seria um fundo compensatório, e até hoje não pagaram.

JC - Então, a partir deste exemplo da Lei Kandir, se tem um receio de os municípios que perdem arrecadação com a reforma não receberem a compensação prevista no fundo?

Brum - Estão temendo não receber a compensação. O ano base para a reforma tributária é este ano. Como é que vai ser a proporcionalidade (da distribuição) do IBS (Imposto sobre Bens e Serviço, que está sendo criado na reforma) para cada município? O ano base é agora, é o último ano base. Então, por exemplo, se eu tenho 0,0001% (da arrecadação total em 2026) para Rio Pardo, o que se arrecadar do IBS, este 0,0001% é para Rio Pardo. Então, este ano é fundamental para os prefeitos fazerem crescer a sua base (arrecadatória). Como? Botando dinheiro para dentro. Do quê? IPTU. E aí tem estoque de IPTU atrasado que o prefeito não quer apertar (os inadimplentes) para não perder o voto. Este é o ano base, porque a partir deste ano vai valer para os próximos 50 anos. Até 2077. Então, a gestão relapsa agora vai fazer com que o seu município sofra 50 anos.